

A IMPRENSA, O IMAGINÁRIO SOCIAL E AS MANIFESTAÇÕES URBANAS - A CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE NO INÍCIO DO SÉCULO XX¹

Gabriela Maria Cardoso
Paula Dieb
Ana Emília Fernandes²

CONTEXTO HISTÓRICO

O período que compreende o final do século XIX e início do século XX corresponde, para a história do Brasil, a uma nova fase onde o recém instaurado governo republicano enfatiza ainda mais as aspirações à ordem e ao progresso - ideais que já vinham sendo difundidos desde o final do Império. Tem-se início, então, um período de transformação das grandes cidades brasileiras, devido à negação do passado colonial que era visto como sinônimo de atraso.

Passada a fase de intensa agitação política do início do período republicano, o governo - com a necessidade de demonstrar solidez e competência, além de promover a dinamização da economia - vê na cidade um espaço de representação da prosperidade política e econômica e, da modernização e civilização. Este fato provocou grandes mudanças nos conceitos de arquitetura e espaço urbano, visto que a cidade passou a ser considerada uma vitrine do Brasil moderno (MOURA FILHA, 2000).

Durante a primeira década do século XX, o Rio de Janeiro, então capital federal brasileira, torna-se palco de uma série de obras públicas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos, durante o governo de Rodrigues Alves, com fins de *melhoramento e embelezamento*, tornando-se assim o símbolo brasileiro da cidade civilizada. Esta, por sua vez, sofreu grande influência das reformas de Haussmann, em Paris, durante a segunda metade do século XIX.

A crise colonial fez com que a elite nacional tomasse como modelo a civilização européia – seus hábitos, sua arquitetura e suas cidades –, sendo Paris o grande exemplo

1 Este artigo foi elaborado sob a orientação da Profa. Dra. Maria Berthilde Moura Filha, e originado do projeto de pesquisa intitulado “Registros de Arquitetura e Urbanismo em João Pessoa – 1850 a 1936”, fruto de uma Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC).

2 Graduandas do curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba. Membros do Grupo de Pesquisa “Projeto e Memória”, vinculado ao Departamento de Arquitetura do Centro de Tecnologia da UFPB.

de suporte ideológico para a modernização e embelezamento do meio urbano. Com base nesse modelo, o Rio de Janeiro, governado por Pereira Passos, inaugura uma escola de urbanismo brasileiro – com novos traçados, processos, idéias e proporções - que passa a ser um exemplo e modelo a ser adotado por muitas cidades brasileiras no início do século XX (PETTI, 1998).

Essa escola de urbanismo surgida no Rio de Janeiro apresentava como principais ideais o *embelezamento, ordenamento e saneamento* do meio urbano, por meio da abertura de ruas e avenidas largas e retas, da construção e reforma de edifícios - atentando para os cânones clássicos -, instalação de redes de água e esgotos nas residências, entre outras ações. Acreditava-se que, por meio dessas reformas, as cidades transformar-se-iam em cenários representativos do progresso brasileiro.

A região Nordeste brasileira, apesar da distância geográfica em relação ao Rio de Janeiro, teve muitas de suas cidades reformadas de acordo com os ideais de modernização e progresso, sendo tais reformas de caráter bastante particular visto que cada cidade da região apresentava um contexto econômico, social e político. Inicialmente, passaram por grandes reformas empreendidas pelos seus governos, as principais capitais regionais, Recife e Salvador (MOURA FILHA, 2000).

[...] Mas também não se pode comparar Paris com a Parahyba, que sofre, de quando em quando, os estragos e horrores das seccas. Em todo caso, já é tempo de nossos conterrâneos cuidarem do progresso e engrandecimento do Estado [...] Porque se a Parahyba é morosa e indiferente, é porque há entre nós falta de estímulo e coragem para certos empreendimentos [...]. (**Correio da Manhã**, Parahyba do Norte, 23 jan. 1917).

A capital da Paraíba - que até o século XIX teve sua economia ligada a do estado de Pernambuco e, conseqüentemente, apresentou um lento crescimento – passou a se beneficiar com a cultura e comercialização do algodão e, a abertura do país ao comércio internacional, fato este que promoveu relações diretas da capital paraibana com países europeus. Desta maneira, a prosperidade econômica favoreceu o crescimento da Parahyba ao longo do século XIX e início do século XX, ampliando suas atividades internas e atraindo a população rural para o meio citadino.

Em certo sentido tivemos uma pequena revolução administrativa. Para esta concorreram o entusiasmo do novo partido dominante, que trazia para o poder uma equipe rejuvenescida; a prosperidade decorrente da guerra e da alta de preços do algodão. (TRIGUEIRO, 1982)

A preocupação com o *embelezamento, ordenamento e saneamento* do meio urbano esteve muito presente nos governos paraibanos a partir da primeira década do século

XX (VIDAL, 2004). Neste período, houve a criação de uma repartição pública de higiene, a implantação de projetos de abastecimento de água e iluminação elétrica, o investimento no ensino e formação dos cidadãos, abertura de novas vias e eixos de expansão para a cidade, entre outros.

Diante dessa nova postura assumida pelo governo paraibano, destaca-se a contratação do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito – o qual elaborou planos para grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Campinas e Recife – para a elaboração do plano de uma rede de esgotos para a capital, em 1913. Entretanto, dificuldades financeiras e conflitos políticos impediram a implantação de tal projeto na cidade.

O início do século XX foi um período marcado por importantes acontecimentos no cenário mundial, sendo muitos deles relacionados aos desdobramentos da Primeira Grande Guerra - ocorrida entre os anos de 1914 e 1918³-, que desencadeou - seja de maneira direta ou indireta - uma série de transformações na economia brasileira, as quais levaram o país a um momento de acelerado desenvolvimento econômico, devido à dificuldade de importação de produtos industrializados, à conseqüente formação de um incipiente mercado interno e ao fornecimento de matérias-primas e gêneros alimentícios para as potências européias.

A perspectiva de extraordinários negócios reanima as atividades econômicas do país. Surgem indústrias novas; reorganizam-se velhas indústrias. Tudo o que o Brasil pudesse produzir em gêneros alimentícios e em matérias-primas, encontrava imediata e compensadora venda para a Europa. (BELLO, 1976, p.236)

Com isso, a Guerra possibilitou a realização de grandes negócios para o país, onde foram exportados gêneros alimentícios, matérias-primas e, até mesmo, produtos industrializados, constituindo um período de otimismo e prosperidade econômica, caracterizado também pelo surgimento de um espírito nacionalista e da vontade de autonomia das novas gerações de brasileiros, as quais se sentiam mais curiosas em relação ao seu país e a tudo relacionado a ele.

Entretanto, neste momento a indústria se desenvolveu de maneira improvisada, sem nenhum planejamento e assistência coordenada do Governo, de forma que, com o final da Guerra, os países industrializados nela envolvidos, iniciaram sua reconstrução tendo

³ O Brasil - que durante o início do conflito posicionou-se de maneira neutra – teve uma breve participação já nos seus momentos finais, nos anos de 1917 e 1918, contra a Alemanha e seus aliados, limitando-se ao envio de aviadores do Exército e da Marinha e de um corpo médico-militar, integrados à Força Aérea Britânica e ao exército francês.

como um dos principais objetivos a recuperação dos seus antigos mercados – sendo um deles o brasileiro.

A Paraíba - assim como os demais estados brasileiros que estavam em fase de desenvolvimento – foi atingida pelos efeitos da Primeira Guerra, principalmente ao longo do governo vigente na época: o de Francisco Camillo de Hollanda (1916-1920). Os impactos da Guerra foram sentidos principalmente na economia, onde as importações de variados produtos impediam o pleno desenvolvimento das cidades.

Oppõem-se, neste momento, a qualquer tentativa a tal respeito, as condições instáveis do commercio do mundo, cujas relações interrompidas não permitem a aquisição dos materiaes específicos de que hemos mister para a effectuação de taes obras. (Mensagem do Governador Camillo de Hollanda, 1917, p.11)

Entretanto, a transformação dos aspectos da antiga Filipéia ocorreu de maneira lenta e pontual, com a realização de obras nas suas principais ruas, construção de praças e edifícios públicos, visto que a cidade, devido ao crescimento proporcionado pela comercialização do algodão, havia assumido uma posição de centro administrativo e comercial.

A cidade está passando por uma completa remodelação material. Os melhoramentos até aqui realizados muito têm concorrido para o embellezamento de nossa <urbs>. Pelo menos, a cidade vive, pouco a pouco, mudando de aspecto. De facto, há differença em sua physionomia de outrora. (**Correio da Manhã**, Parahyba do Norte, 18 abr. 1918)

CAMILLO DO HOLLANDA E A PARAHYBA DO NORTE

O período de 1916 a 1920 na Parahyba teve sua administração atrelada à figura política de Francisco Camillo de Hollanda, que sucedeu Solon de Lucena no cargo de presidente do Estado.⁴ A permanência de pouco mais de três meses de Solon de Lucena nesta função limitou a sua atuação na cidade, estando o governo anterior ao de Camillo de Hollanda mais relacionado às medidas tomadas por Castro Pinto⁵.

A contribuição dos ideais desenvolvidos nos governos antecedentes teve grande relevância para a administração de Camillo de Hollanda, quando o mesmo pôs em

⁴ Em relação à administração municipal, os anos de 1916 a 1920 tiveram os seguintes representantes na cidade da Parahyba: José Bezerra Cavalcanti, desde 1912 até maio de 1916; Demócrito de Almeida, de maio a outubro de 1916; Antônio Pessoa Filho, de outubro de 1916 a maio de 1917; Diógenes Gonçalves Pena, de janeiro de 1918 a outubro de 1920; e Walfredo Guedes Pereira, de outubro de 1920 permanecendo até o ano de 1924 (GUEDES, 2005).

⁵ Solon de Lucena foi o sucessor de Castro Pinto, substituindo-o por motivos de saúde e ficando por pouco tempo na representação de tal cargo (de 1 de julho a 22 de outubro de 1916).

prática as medidas influenciadas pelo pensamento anterior, como exemplificado nos seus relatos de governo:

A época do sr. dr. Castro Pinto assignala-se por um surto novo de idéas praticas e theoreticas, que tiveram incontestavelmente um grande influxo nos nossos destinos, alargando a cultura social, [...], já acendrando o civismo do nosso povo para uma melhor e mais alta compreensão dos seus deveres privados e publicos, entre os quaes revela notar os de natureza politica, que definem por excellencia a finalidade dos cidadãos. (Trecho da mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba por Camillo de Hollanda, presidente do Estado – setembro de 1917).

Assim, durante esses anos, o governo de Camillo de Hollanda caracterizou-se como uma administração de bastante desenvolvimento para a cidade, com a efetivação de grandes e numerosas intervenções - tanto urbanas quanto sociais -, estabelecendo medidas que representavam ordem e progresso para a Parahyba.

O sr. dr. Camillo de Hollanda tem feito bôa politica financeira, melhorou a arrecadação ao mesmo tempo que fez convergir o commercio do interior para a capital, pagou os juros das apólices em atrazo e tem sido incansavel em cuidar de melhoramentos materiaes desta cidade. (**Diario do Estado**, Parahyba do Norte, 02 ago. 1917)

Devido a isso, a grande preocupação do então presidente Camillo de Hollanda – a preocupação social, que foi estimulada pela vigência anterior –, visava uma melhor condição cívica dos indivíduos, esclarecendo-os dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos. Para ele, o progresso da cidade estava vinculado à instrução pública inerente à população, já que esta é em parte responsável por modificar diversas questões da urbe, como a saúde e a higiene pública.

A ocorrência de doenças e a condição sanitária da Parahyba eram consequência da ação da população no cenário da cidade. Oferecer melhor educação à população era um meio eficaz de manter o progresso que seria realizado fisicamente. Era necessário instaurar na mentalidade das pessoas tais ideais, para que a cidade melhorasse em todos os aspectos, enfatizando a preocupação com a educação que havia durante o governo de Camilo de Holanda.

As atitudes tomadas durante o seu governo causavam admiração na população do Estado, inclusive naquela parcela representativa de meios de comunicação da época, que tinha potencial para influenciar os cidadãos. Desse modo, estabelecia-se uma relação entre as ações realizadas pelos governantes, a reação da população a tais intervenções e a maneira como a imprensa tratava e representava essa situação, possibilitando relatar o cenário da cidade através de notícias dos jornais da época.

A IMPRENSA FRENTE ÀS QUESTÕES URBANAS

Desde o final do século XIX, na Parahyba do Norte, verifica-se uma imprensa local com o papel de intermediador entre a população e o poder público, apontando os problemas, requerendo e cobrando melhoramentos para a cidade.

Entre os anos que passou à frente da Prefeitura da capital (1915 a 1916), José Bezerra Cavalcanti foi advertido para as péssimas condições que se encontrava a cidade. O *Diario do Estado*, jornal dirigido pelo senador Walfredo Leal, mostrava-se contrário à atuação do então Prefeito e, quase diariamente, apresentava em suas páginas, reivindicações para melhoria do estado da capital paraibana.

Ao longo das edições dos jornais em estudo, verificou-se um significativo número de notícias fazendo referência a diversas solicitações feitas pela população. Reclamava-se do estado sanitário da cidade, em relação, principalmente, à falta de higiene nas ruas pelo acúmulo de lixo e pela ausência de esgoto. Nesse contexto, eram recorrentes notas sob o título “Com a prefeitura”, as quais faziam menção a problemas como: atraso na remoção e no transporte de lixo, calçamentos das vias e passeios danificados, ruas invadidas por animais e vegetação, falhas nos serviços de bonde e iluminação, ausência de canalização das águas servidas e pluviais, entre outros.

Conforme noticia o *Diario do Estado*, em 22 de março de 1916, ao término do mandato do prefeito José Bezerra, o seu sucessor, Demócrito de Almeida, recebia a prefeitura com inúmeras questões a ser resolvidas:

[...] A cidade ahi está – cheia de sargetas infectas, povoada de cães vagabundos, com ruas esboracadas e sujas de lixo, com cascas de fructas e tudo mais que familias e garôtos costumam sacudir das janellas. A incipiente arborização de alguns logradouros de vias principaes difficilmente pode prosperar, a falta de guardas municipaes que cohibam o péssimo costume dos filhos-familias e desoccupados, que tudo destroem, como elementos do mal, falhos de educação e boa indole. Novos edificios são construidos á revella da prefeitura, que não impõe medidas comesinhas quanto á hygiene, á esthetica e ao próprio alinhamento das futuras ruas. [...] (**Diario do Estado**, Parahyba do Norte, 22 mar. 1916)

Certamente, não só a Prefeitura da cidade da Parahyba era alvo das críticas feitas pelo *Diario do Estado*. De maneira opositiva também ao governo estadual, esse jornal trazia a público as iniciativas empreendidas pelo poderio que, muitas vezes, apresentava atitudes preocupadas com interesses pessoais em detrimento dos interesses da população. Reafirmando essa posição, em julho de 1916, questionavam-se as discussões

que giravam em torno da proposta relativa ao serviço de esgoto da capital. Levantava-se a hipótese do então vice-presidente do Estado, Antonio Pessoa⁶, estar interessado em

“[...] ter a gloria de assignar o contracto de esgôtos desta cidade, com inveja talvez do dr. João Machado, que deixou o seu nome immortalizado pelo grande melhoramento que realisou, effectuando administrativamente o serviço de abastecimento d’agua desta urbe.” (Diario do Estado, Parahyba do Norte, 11 jul. 1916)

Ainda a respeito dessa polêmica, comentava-se também outras possíveis vantagens na contratação dos serviços de esgotamento: a obtenção de lucros por parte do vice-presidente ou dos advogados administrativos que seriam responsáveis pela tramitação do processo.

Segundo o *Diario do Estado*, naquele momento, os demais jornais em circulação estavam a enaltecer a figura do Sr. Antonio Pessoa pela proposta de contratar o serviço de esgotos para a cidade. Contudo, (provavelmente) somente o *Diario* ousaria perscrutar a legitimidade das intenções e dos fatos e propor à administração do Estado uma maior atenção às atitudes que seriam tomadas a partir de então. A esse respeito, aconselhava-se a otimização dos contratos com os serviços de coleta de lixo e esgotamento, como também, recomendava-se o adiamento do projeto já que o momento não era oportuno em função das dificuldades advindas da guerra.

[...] A demais, porque não exige o sr. Antonio Pessôa dos proponentes contractarem conjuntamente o serviço de remoção e cremação do lixo desta capital? Pensamos que esse novo serviço só poderemos tel-o se for elle contractado conjuntamente com o de esgotos, pela mesma empresa – pela razão muito obvia de ser um serviço de pequena margem a lucros, embora não exija grandes capitaes. [...] Não será mais prudente esperarmos mais um pouco, até que se normatizem as condições do capitalismo estrangeiro, quando cessar a guerra? Esse vexame do sr. Antonio Pessôa bem pode acarretar uma porção de onus pesadíssimos num contracto realiado num momento em que ninguem pode fazer negocios vantajosos com capitalistas estrangeiros, estando tudo custando os olhos da cara, em se tratando de productos simplesmente agrícolas, quanto mais de machinismos modernos e canos para esgotos de uma cidade. [...] (Diario do Estado, Parahyba do Norte, 11 jul. 1916)

Nessa mesma edição do jornal, foi dito que, após o parecer de Miguel Raposo⁷, ex-diretor das obras públicas, deliberou-se a formação de uma comissão que seria

⁶ Com o afastamento de Castro Pinto, assumiu o primeiro vice-presidente, Antonio Pessoa. Seu exercício à frente da presidência do Estado compreendeu os anos de 1915 e 1916, sendo marcado por grandes conflitos políticos e os estragos nas finanças advindos da terrível seca de 1915. (VIDAL, 2004, p. 33.)

⁷ Miguel Raposo tinha formação em Direito e foi o Diretor das Obras Públicas do Estado na administração de Joao Machado (1908-1920). (GUEDES, 2006, p. 103). Mais tarde, fora destituído do cargo por Antonio Pessoa.

encarregada tecnicamente de estudar a proposta para o serviço de esgoto da cidade. No trecho a seguir, revela-se a relevância do projeto e do seu autor:

[...] Preza aos ceos que esse serviço seja effectivamente um melhoramento para esta capital. Não é para desprezar o trabalho do dr. Saturnino de Brito, a maior summidade no assumpto, entre os que nos paiz têm estudos especiaes sobre esgôtos. Tudo quanto se afastar do plano daquelle profissional, quer no que for technico, quer a respeito do custo já orçado, não pode merecer o apoio de quem, com sinceridade e desinteresse, pretenda dotar a nossa capital de similhante melhoramento. (**Diario do Estado**, Parahyba do Norte, 11 jul. 1916)

Embora o projeto de Saturnino de Brito tenha sido concluído desde 1914, acabou não sendo executado. Mencionado em mensagens e relatórios de governo como um serviço da mais alta relevância para a salubridade da cidade, a sua execução foi adiada sob alegação de falta de recursos públicos. Essa justificativa foi utilizada por Antonio Pessoa, e ainda, por seu sucessor o Dr. Camillo de Hollanda. (VIDAL, 2004, p. 34)

Pode-se dizer que, na Parahyba do Norte, o conceito de modernidade se configurou, principalmente, pelos “signos de modernidade” imbuídos ao imaginário social através do contato com a realidade das outras cidades brasileiras e, ainda, do exterior. Esse contato se deu pelas notícias que chegavam às redações dos noticiários locais ou, ainda, pelos relatos dos cidadãos em suas viagens. (ARANHA, 2003, p. 87 apud GUEDES, 2006, p. 77)

Na sua posição de informante e formadora de opinião, a imprensa também apresentava as novidades vindas de outras regiões do país e até mesmo do exterior. Dessa forma, a capital paraibana se mostrava inserida na realidade das outras cidades, tanto pelo conhecimento das causas e dos fatos quanto pelo anseio da modernização que esse conhecimento motivava. Algumas notícias retiradas dos jornais em estudo podem atestar essa tendência, como pode ser lido na edição de 05 de janeiro de 1916 do *Diario do Estado*: “O Museu Social de Barcelona tomou a iniciativa de construir legalmente a Sociedade Civica - *La Ciudad Jardim*”. Através da leitura de tal proposta, verifica-se a manifestação dos intelectuais da época no sentido de “promover o desenvolvimento e reforma das povoações, segundo planos racionaes e methodicos, que assegurem no presente e no futuro, sua hygiene, sua belleza e sua efficacia, como instrumento de progresso social e econômico”. É, então, a partir da divulgação dessas tendências, que a Parahyba do Norte é convidada também a se modernizar. (**Diario do Estado**, Parahyba do Norte, 05 jan. 1916)

Como já mencionado, a partir do final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, sendo o principal centro econômico e político do Brasil naquela época, constituía o foco das novas idéias sobre a cidade. Ela foi palco para debates no campo das intervenções urbanas e para diversos projetos com intenções reformadoras. O discurso adotado sobre a cidade, dominado pelo trinômio *sanear, circular e embelezar*, iria orientar todas as propostas que visavam a melhoria do meio urbano e a construção de uma imagem de cidade moderna para o Rio de Janeiro. Nesse sentido, a reforma urbana levada a cabo por Pereira Passos foi considerada o grande paradigma para construção das cidades modernas no Brasil, no início do século XX. (MOURA FILHA, 2000, p. 2 e 9)

Nitidamente, pode-se observar a influência exercida pela cidade do Rio de Janeiro sobre a cidade da Parahyba através do que era notícia naquela época. O que acontecia na capital do país refletia direta ou indiretamente nos conceitos e costumes parahybanos. Como sugere o seguinte artigo publicado no *Diario do Estado*, as transformações eram visíveis no plano da arquitetura e da cidade:

Tem se desenvolvido nas cidades brasileiras que querem ter o nome de civilizadas a sede da sua remodelação, principalmente depois que o velho Pereira Passos deu o exemplo na Capital da Republica transformando a metropole brasileira. Já anteriormente Manáos era a cidade nova por excellencia no Brasil e S. Paulo com as suas magestosas construcções caminhava na vanguarda do bom gosto, que se impunha pela sua prosperidade e evolução. Aqui a imprensa começou a falar no assumpto e veio o governo de Alvaro Machado, quando por inspiração deste o prefeito de então Xavier Junior conseguiu que quase todos os predios das principaes ruas da cidade fossem aformoseadas, com platibandas e melhorados os seus passeios, fazendo-os então a nova tentativa de arborisação da Rua Nova ao mesmo tempo que se arborisou a Praça Pedro Americo, cujas arvores já hoje se ostentam magestosas, dando um bello aspecto áquella praça. [...] (**Diario do Estado**, Parahyba do Norte, 14 set. 1916)

Embora as novidades ligadas ao progresso urbanístico chegassem através dos noticiários, estes ainda se queixavam de que a cidade ainda se mantinha com uma imagem vinculada ao seu passado colonial. Fazia-se necessário uma mudança não somente na estrutura urbana, como também o desprendimento dos vícios e costumes de outrora. A partir desse pensamento, a elite intelectual se mostrava insatisfeita com os rumos que a capital paraibana ia tomando, reivindicando uma postura do poder público no sentido de sanar os problemas.

Segundo jornais da época, a Parahyba do Norte, de certa forma, estava atrasada em relação a outras cidades. A exemplo disso, tem-se o trecho de uma nota extraída do jornal *Diario do Estado*, intitulada por “*Necessidades publicas*”:

Das columnas deste jornal, por muitíssimas ocasiões, se tem feito sentir a necessidade insuperável de umas tantas cousas de utilidade publica que cidades com proporções inferiores á nossa possuem. [...] Seria agradável e util que a Prefeitura supprisse essa falta, mandando construir nas praças publicas, que aliás não são numerosas, mictórios, um em cada. [...] A Parahyba, embora lentamente, vai se tornando mais civilizada e populosa. Carecemos, portanto, mostrar aos nossos visitantes, até mesmo nas cousas que aparentemente parecem insignificantes e superfluas, que grão está assignalando o thermometro do nosso progresso. (**Diario do Estado**, Parahyba do Norte, 18 out. 1916)

A mesma imprensa que requisitava mudanças urgentes para a cidade, como forma de se adequar às novas necessidades e aspirações da sociedade moderna, também apresentava com expectativa, na pessoa de Camillo de Hollanda, a sua contribuição para cumprir o que houvera prometido em seu plano de governo. Mesmo não sendo partidário do atual governo, comentava ainda que estaria disponível a colaborar indiretamente com essa obra de reconstrução republicana. Por outro lado, alertava que, se no exercício do seu mandato, o presidente enveredasse por caminhos ilegais, o *Diario* afirmava que “[...] com as mesmas armas com que temos feito, desassombradamente, a defesa da nossa causa e da nossa terra, não nos arreceariamos de acometter os seus desvios e os seus erros”. (**Diario do Estado**, Parahyba do Norte, 22 out. 1916)

Logo após assumir o governo do Estado, o médico Camillo de Hollanda iniciou o processo de remodelação da capital parahybana, Apontado como “homem conhecedor das grandes cidades da Europa e do nosso paiz”, empenhava-se nele a responsabilidade de fazer a Parahyba despertar para o progresso a exemplo do que acontecia nas grandes metrópoles. Já no primeiro mês em exercício, a imprensa de oposição noticiava as ações de Camillo, sugerindo idéias a partir das experiências desenvolvidas em outras cidades. (**Diario do Estado**, Parahyba do Norte, 01 nov. 1916)

Com o ajardinamento que se está fazendo na praça da Independencia, vai ser dotada a nossa metropole de mais um logradouro publico. Logo ao assumir o governo, o sr. dr. Camillo de Hollanda teve a bôa idéa de mandar melhorar o referido trecho da cidade, que estava de ha muito, abandonado pela prefeitura. Consta-nos que o sr. presidente do Estado está disposto a transformar aquelle sitio, tornando o um dos pontos mais aprasiveis desta capital, com lindas flôres, **canteiro á carioca**, etc. Lembramos a s. excia. a construcção ali de um circulo para patinação, onde as mocinhas parahybanas possam adestrar-se nesse apreciado sport, a exemplo do que ha nas cidades onde se pratica a cultura physica para a mocidade de ambos os sexos. (**Diario do Estado**, Parahyba do Norte, 21 nov. 1916)

A modernização da cidade nessa época não se restringiu aos espaços públicos, tendo, portanto, também se consumado no plano da arquitetura. A esse respeito, verifica-se a imprensa local noticiando a chegada dos arquitetos Paschoal Fiorillo e Hermenegildo Di Lascio, já no ano de 1916. Imprimia-se a esta notícia a idéia do novo pensamento

vigente, afim de que, nas edificações novas, construídas ou reformadas, fossem “melhor consultados os interesses comuns quanto á esthetica, hygiene e conforto - de que tanto se ressentem as nossas coloniaes habitações”. (**Diario do Estado**, Parahyba do Norte, 05 nov. 1916)

A REALIDADE DA CIDADE ATRAVÉS DAS NOTÍCIAS

A Parahyba atravessa uma crise aguda de reconstruções e construcções, da qual parece que ha de sahir mais bella, mais asseada e talvez menos bisonha para, nestes tempos de muita guerra, darmos á phrase o cunho barbaro das casernas. Mas como a todo doente que convalesa, os cuidados lhe são agora do mais a mais precisos. [...] Não lhe tratem somente das visceras principaes; o mal generalizou-se e as toxinas invadiram todo o organismo até mesmo, por descurada hereditariedade, os bairros de mais recente construcção. (**Correio da Manhã**, Parahyba do Norte, 05 jun. 1917)

A situação em que se encontrava a cidade da Parahyba, contada através da imprensa no início do século XX, pode ser vista sob duas visões diferentes, uma vez que ela estava geralmente relacionada aos partidos políticos da cidade. É necessário esclarecer que os jornais apresentavam posições divergentes, uma vez que apoiavam posições dos partidos políticos de situação e oposição em relação à presidência do Estado. Nesse sentido, retratavam de maneira ligeiramente diferente um mesmo fato ou assunto, por serem dos partidos políticos de situação. Enquanto o jornal *Correio da Manhã*, representando a situação, enfatizava as ações do poder público para sanar os problemas da cidade, o jornal *Diario do Estado*, filiado aos partidos de oposição, acusava a inércia do poder público e dava espaço às reclamações da população.

Desse modo, pode-se fazer um panorama da cidade através das notícias encontradas em tais exemplares, e ter uma visão mais real de como ela se encontrava sob aspectos de higiene, melhoramentos, embelezamento, legislação, ordem, sociedade, entre outros.

Durante os primeiros anos da vigência de Camillo de Hollanda à frente do governo do Estado, a Parahyba se apresentava como uma cidade com poucos sinais de ordem e progresso. As condições de higiene eram ainda precárias, não havia esgotamento sanitário e essa situação insalubre apresentava riscos à população como, por exemplo, com a propagação de doenças.

A frequente ocorrência de notícias que tratam das questões de higiene demonstra o descompasso existente entre as medidas tomadas pelos governantes e a posição da

população a tais mudanças, embora tal pensamento já começasse a ser tratado pela imprensa.

A nossa Felippéa ostenta um pessimo estado hygienico e sanitario, que não é unicamente devido ao descuro individual e do poder competente. [...] A localização de nossa urbs não é das melhores. Margeia-a o paludoso Sanhaú circundado de mangues e fócios de carapanãs e anopheles que enxameiam quando se decepam as arvores que os cobrem... [...] A nossa urbs se acha referta de aguas estagnadas de que se exhalam miasmas sem conto, a coadjuvar a lenta devastação das populações pobres, principalmente, onde impéra a endemia do impaludismo. [...] Ajunte-se a isso a falta de apparatus sanitarios convenientemente installados, desprendendo-se das sentinas domesticas numerosos gazes que sobremodo corrompem o já vicioso ar. Isso são resultados da circunstância avultante da ausencia de esgottos e canalização das aguas servidas, sendo esse ultimo um corollario do segundo[...]. (**Correio da Manhã**, Parahyba do Norte, 05 abr. 1917)

Mesmo com os ideais de ordem e progresso que estavam sendo implantados na cidade através dos representantes políticos, grande parte da população ainda vivia sob os velhos costumes e não acompanhavam completamente as transformações do governo de Camilo de Holanda: “No plano estadual, e pelos padrões da época, Camilo foi um administrador notável. Mas, a mentalidade do meio não o compreendeu bem e a oposição não lhe fez justiça”. (TRIGUEIRO, 1982, p.53)

Apesar do atraso da população, Camillo de Hollanda promoveu diversas intervenções na cidade, com obras para o melhoramento do ambiente urbano, remodelando-o e embelezando-o. Seus anos de governo foram marcados pela realização de diversas obras públicas que representavam aspectos de modernidade para a Parahyba, as quais eram tratadas até mesmo pelos jornais de oposição da época – embora estes abordassem a intervenção de maneira mais negativa:

De alguns dias a esta parte uma turma de trabalhadores está *reparando* os defeitos do calçamento da rua Duque de Caxias – uma lastima esse serviço! [...] A companhia de bondes, no assentamento dos primitivos trilhos, foi a primeira a estragar o bello calçamento. Depois, seguiram n’o nessa impatriotica tarefa, o assentamento dos novos trilhos e o serviço do abastecimento d’agua. Agora, são os *reparos* que o estão estragando mais. O calçamento já não tem nada daquella belleza de outr’ora – regularidade no alinhamento dos paralelepipedos, pedras todas inteiras, etc. (**Diario do Estado**, Parahyba do Norte, 26 jan. 1917)

As medidas de ordem pública tomadas por Camillo de Hollanda abrangiam diversos aspectos: condições de higiene; reformas de praças, construção de novos grandes prédios educacionais e institucionais; calçamento e embelezamento das ruas. Além dessas, a proposta de demolição de edifícios também foi uma medida adotada por ele, a fim de eliminar das vias públicas aquelas edificações consideradas feias e inadequadas

para o progresso pelo qual a cidade estava passando, como relatado através de duas visões diferentes:

Applaudimos devéras a resolução feita do illustre presidente do Estado mandando desapropriar e demolir um grupo de casas que afeavam a mencionada rua [Maciel Pinheiro]. Uma grande dificuldade, porem, ha de surgir quando se tratar do alinhamento das novas construcções em vista das tortuosidades que o trecho contiguo apresenta e tambem o que lhe fica defronte [...]. (**Correio da Manhã**, Parahyba do Norte, 15 fev. 1917)

Sabemos que o dr. Camillo de Hollanda, presidente do Estado, pretende demollir os pardieiros que existem na rua Maciel Pinheiro, desta cidade [...]. Com esse intuito estivera s. exc. pessoalmente ante-hontem no local, onde se entendeu com alguns inquilinos dos predios que vão ser demolidos [...]. Louvando essa medida que é uma aspiração velha e já tem sido o objecto de promessa de alguns presidentes, lembramos que o governo do Estado, aproveitando a superabundancia de numerario, pode construir alli um edificio para o funcionamento dos Correios e telegraphos, ou simplesmente para a administração postal [...]. (**Diário do Estado**, Parahyba do Norte, 08 fev. 1917)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José. **Uma cidade de quatro séculos** – evolução e roteiro. João Pessoa, a Uniao, 2ed. 1989.

BELLO, José Maria. **História da República**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GUEDES, Kaline. A.. Dissertação Mestrado - **O Ouro Branco abre caminhos: O algodão e a modernização do espaço urbano da Cidade da Parahyba (1850-1924)**.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **Embelezar a cidade: a concepção de um novo padrão estético para as cidades brasileiras no século XIX e início do século XX**. In: VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2000, Natal. Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2000.

PECHMAN, Robert Moses. **Um olhar sobre a cidade: Estudo da Imagem e do Imaginário do Rio na formação da modernidade**. SHCU II, 1993.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **A “Hausmannização” e sua Difusão como Modelo Urbano no Brasil**. SHCU V, 1998.

TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.

VIDAL, Wynna Carlos Lima. **Transformações urbanas: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940**. João Pessoa, 2004. Dissertação de Mestrado em Engenharia Urbana – Universidade Federal da Paraíba.